

Ação teve falta de sinal no mar e tensão com PF

Na operação, agentes levaram anotações de Bolsonaro, além de computador e tablet de um assessor do ex-presidente

Marianna Holanda e
Victoria Azevedo

BRASÍLIA A operação da Polícia Federal contra o vereador Carlos Bolsonaro (República-Brasil) teve, segundo relatos de aliados, momentos de tensão, falta de sinal de telefone em alto-mar e helicópteros sobrevoando Mambucaba, distrito de Angra dos Reis (157 km do Rio de Janeiro) na divisa com Paraty.

O passeio de barco, no qual estavam Carlos e o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), havia sido combinado na véspera. No final de semana, dirigentes do PL estiveram em Angra dos Reis para acompanhar o lançamento da pré-candidatura de Renato Araújo, a primeira com presença forte empenho do ex-mandatário.

A segunda-feira (30) deu início ao passeio, por volta das 8h30, quando Bolsonaro saiu para pescar com um barco e um jet ski. Ele estava acompanhado de Carlos e Flávio (PL-RR), o deputado Connel Zaccaro (República-Brasil), de Araújo e dos seguranças presidenciais (aos quais o direito como ex-presidente).

Pouco depois desse horário, policiais federais chegaram ao gabinete e à residência do vereador no Rio, num desdobramento da operação que apura a existência de uma "Abin paralela" durante o governo do ex-presidente.

Mas, segundo relatos, o grupo estava pescando em alto-mar e, portanto, sem sinal. Foi somente por volta das 9h45 que receberam ligação do assessor Fábio Wajngarten, soberano da operação e vereador — Bolsonaro e Carlos



Carro da PF sai do condomínio onde mora Carlos Bolsonaro

Wajngarten — 29 Jan. 2024 / Agência O Globo

no jet ski; os demais, no barco.

A essa altura, Mambucaba já tinha visto o primeiro helicóptero do dia: a PF usou a aeronave da Polícia Rodoviária Federal e já estava na casa de Bolsonaro em Angra. Os agentes encontraram o vereador chateado e abalado, de acordo com relatos.

Os filhos do presidente se queixaram da operação e disseram se tratar de uma ação ilegal e cinematográfica. "Até helicóptero posou aqui navilha. Tive uma aglomeração na frente da casa do meu pai para apôlo. É isso que o Alexandre [de Moraes] está armando", protestou Flávio no jornal O Globo.

Os agentes da PF revistaram os cômodos e queriam levar os celulares de todos os presentes, incluindo o do ex-presidente.

Bolsonaro, então, ligou para os seus advogados, que estavam em deslocamento de

São Paulo para o Rio de Janeiro, também de helicóptero. O diálogo com o delegado da PF foi o maior momento de tensão. O único alvo do dia era Carlos.

Por fim, a PF se convenceu a levar apenas dois celulares e um computador do vereador, mas também um notebook e um tablet de Tércio Arauújo, assessor de Bolsonaro, apontado como um dos integrantes do chamado "gabinete do ódio".

Além disso, os policiais levaram anotações usadas pelo ex-presidente para a fivê que havia sido realizada na véspera, daquela mesma casa, com os filhos.

Tércio trabalhou no Palácio do Planalto e hoje acompanha Bolsonaro, filma e edita vídeos, entre outras atribuições. Ele está em Angra com o filho, inclusive, quando estava na casa quando a PF bateu à porta.

A defesa do assessor já encaminhava uma petição ao ministro Alexandre de Moraes, do STF (Superior Tribunal Federal), pedindo a imediata devolução dos itens.

Os advogados de Tércio afirmaram, também em nota, ser "inaceitável e inconcebível que terceiros, sem absolutamente qualquer tipo de relação com os fatos apurados, tenham seus bens apreendidos por terceiros, sem absolutamente qualquer tipo de relação com os fatos apurados, tendo em vista a determinação de ordem judicial específica".

Entre os bolsonaristas, houve irritação e alegações de que a operação teve ilegalidades. Além da queixa de que os agentes levaram itens de uma pessoa que não era alvo, também apontaram a tentativa de levar celulares dos parlamentares e do ex-presidente.

O principal argumento dos bolsonaristas é o de que há uma perseguição político-elei-

“A verdade é que a operação da Polícia Federal na data de hoje pode ser classificada como mais uma desastrosa e indevida fishing expedition, ou pescaria, subvertendo a lógica das garantias constitucionais, vasculhando-se a intimidade e a vida privada de cidadãos probos, vilipendiando seus direitos fundamentais e extrapolando os limites legais

Defesa de Jair Bolsonaro em nota sobre a ação da PF

toral em curso, com vistas especialmente ao pleito municipal de outubro. Eles citam como exemplo que esta é a terceira operação contra um aliado do ex-presidente num pequeno intervalo de tempo — na semana passada, foram contra os deputados Carlos Jordy (PL-RR) e Alexandre Rammagem (PL-RR).

É preciso ressaltar que o mandado de busca e apreensão extrapolou todos os limites da legalidade, haja vista que a Polícia Federal vasculhou a casa inteira do presidente Bolsonaro, que sequer é alvo desta operação. Afinal de contas, quem era realmente o alvo ou os alvos desta ação? questionou Zaccaro, que está em Angra com o clã.

Já Bolsonaro disse à coluna Mônica Bergamo, da Folha, que a intenção da operação desta segunda é a de "rescaldar" com ele e sua família. O ex-presidente afirmou que quer encontrar algo para embelê-lo em algum momento, mas que não conseguirá.

Estão jogando rede, pescando em piscina. Não tem peixe", afirmou.

Em nota divulgada na noite de segunda-feira, a defesa de Bolsonaro também usou o mesmo termo.

A verdade é que a operação da Polícia Federal na data de hoje pode ser classificada como mais uma desastrosa e indevida fishing expedition, ou pescaria, subvertendo a lógica das garantias constitucionais, vasculhando-se a intimidade e a vida privada de cidadãos probos, vilipendiando seus direitos fundamentais e extrapolando os limites legais", diz o texto.



O vereador Carlos Bolsonaro (República-Brasil) chega à sede da Polícia Federal para prestar depoimento

Marcos Pimenta/APP

Carlos vai à sede da Polícia Federal e afirma que seu depoimento não tinha a ver com Abin

Camilla Zarur e
Marianna Holanda

RIO DE JANEIRO e **BRASÍLIA** Um dia após ser alvo de ação de busca, o vereador Carlos Bolsonaro (República-Brasil) esteve na sede da Polícia Federal no Rio de Janeiro (RJ) para prestar depoimento na manhã desta terça-feira (30) e permaneceu cerca de 40 minutos no local.

Ele chegou à sede da corporação no Rio de Janeiro no centro da capital fluminense, por volta das 12h, acompanhado de seu advogado, Antônio Carlos Fonseca.

Carlos escreveu nas redes

sociais que estava indo depor por causa de uma publicação que havia feito em agosto passado criticando a atuação da Polícia Federal em relação a ataques direcionados ao pai.

Apostagem faziza uma provocação ao diretor da corporação, Andréi Rodrigues. "O seu guarda diretor aqui enxerga com outros olhos", escreveu Carlos em agosto, compartilhando outro post com imagens críticas a Jair Bolsonaro.

Nesta terça, antes de ir à PF, o vereador escreveu: "Atualizando: indo depor por causa disso aqui. Qualquer outra li-

nhá de desinformação diferente disso é mais uma fake news! Tire suas conclusões! Um abraço".

O irmão do vereador, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), também usou as redes sociais para criticar a operação da PF deflagrada na segunda-feira e afirmou que o depoimento de Carlos já estava marcado para hoje.

"Tinhamos demora que Carlos Bolsonaro estava agendado para que fosse depurado a PF. Havia mesmo a necessidade de se fazer uma operação da PF ontem para pegar seu celular? Ou algum fato político

recente motivou a operação na casa de Jair Bolsonaro em Mambucaba?", escreveu.

Segundo o advogado Antônio Carlos Fonseca, que defende Carlos, o vereador disse aos policiais nesta terça-feira que "não direcionou nenhum tipo de mensagem ao diretor-geral da PF".

"Além de não ter ofensa no que ele publicou, ele disse [aos policiais] que não teria direcionado nenhum tipo de informação a nenhuma pessoa, foi indignação genérica", disse a Folha.

O defensor afirmou ainda que o depoimento em si não

Carlos é investigado por "rachadinha", fake news e milícia digital

Fake News e milícias digitais

Carlos é alvo de dois inquéritos no STF (Superior Tribunal Federal), o dos fake news, e o das milícias digitais. O vereador foi apontado como o articulador do chamado Gabinete do Ódio, instalado no Palácio do Planalto para atacar adversários políticos e disseminar mentiras e informações falsas. Ambas as investigações são relatadas pelo ministro Alexandre de Moraes.

'Rachadinha'

O vereador também é investigado em um inquérito do Ministério Público do Rio de Janeiro, que apura uma suposta prática de "rachadinha" em seu gabinete na Câmara Municipal. Segundo a promotora, Carlos teria recebido cerca de R\$ 9 mil em depósitos sem origem, enquanto o chefe de seu gabinete, Jorge Luiz Fernandes, recebeu mais de R\$ 2 milhões em repasses feitos por outros seis servidores do vereador.

Carlos e Rammagem

Carlos e Alexandre Rammagem (PL-RJ), também alvo da PF no inquérito sobre a Abin, são amigos. Eles se aproximaram durante a eleição de 2018, quando o deputado foi chefe da segurança de Jair Bolsonaro. Depois do então candidato levar uma facada em Juiz de Fora (MG), os dois estrearam laços durante o governo, e o parlamentar foi eleito deputado por Bolsonaro para ser pré-candidato na disputa à Prefeitura do Rio, com Carlos coordenando a campanha.

teve questionamentos a respeito da operação que ocorreu na véspera, que apura existência de uma "Abin paralela" no governo Jair Bolsonaro.

Fonseca negou a existência da estrutura e qualquer irregularidade por parte do filho do ex-presidente. Ele disse ainda aguardar acesso aos autos. Até o momento, a defesa só teve acesso ao mandado de busca e apreensão, ao qual Carlos foi submetido na véspera.

Questionado sobre como o vereador está nesta terça-feira, após a ação da Polícia Federal, seu advogado afirmou: "Ninguém que faz nada de errado se acostuma com receber a visita da PF. Ser alvo de operação da PF não é coisa rotineira. É claro que isso incomoda, isso tira a gente da rotina, mas hoje é visita que segue. Acredito que ele [Carlos] esteja trabalhando normalmente".

Sempre muito ativo nas redes sociais, Carlos Bolsonaro não fez comentários logo após a operação deflagrada na segunda-feira, na qual foi o principal alvo.

Nesta terça-feira, ele divulgou imagens em seu perfil de sua casa no Rio após a ação dos policiais federais.

"Cheguei há pouco em casa com muitas coisas revidadas e largadas abertas. Aos poucos reorganizando tudo", escreveu o vereador em uma rede social.

O gabinete dele na Câmara Municipal do Rio de Janeiro também passou por buscas. A assessora Luciana Almeida foi outro nome incluído na investigação, de responsabilidade do ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes.

Carlos Bolsonaro, que foi o principal responsável pela estratégia de campanha de seu pai nas redes sociais na eleição presidencial de 2018, já tinha sido incluído em inquérito sobre disseminação de fake news, ainda durante o mandato de Jair Bolsonaro.